

VIOLÊNCIA E MORTE DE POLICIAIS:

Pouca efetividade do Estado, despreparo da polícia e a atuação das milícias¹

Bernardo Couto Mota²

Breno Letayf Campos³

Enrico Lopes Souza⁴

Ruan Fernandes Peixoto⁵

Victor Augusto Liguori de Oliveira Braga⁶

RESUMO

O objetivo do trabalho a seguir é identificar as principais causas de mortes de policiais, apresentar dados estatísticos sobre estas mortes e os pontos que influenciam no aumento da violência, além de desenvolver a relação entre os estados paralelos e a morte de policiais. No presente artigo a pesquisa utilizada foi bibliográfica e documental. Diante do trabalho exposto, fica evidente que, a precariedade de recursos que advém do Estado acarreta em um rendimento abaixo do esperado e, isso é explicado pela falta de assistência, gerando revolta entre os servidores públicos, influenciando de forma negativa, visto que uma grande parte dos policiais buscam meios alternativos para se sustentarem.

PALAVRAS CHAVE: MORTE. POLICIAIS. VIOLÊNCIA. ESTADO.

¹ Este trabalho foi realizado na disciplina Projeto integrador do 4p. do curso de Direito das FIVJ, sob a orientação da prof. Rachel Zacarias

² Graduando do curso de Direito das FIVJ e-mail: bernardocoutomota28150@gmail.com

³ Graduando do curso de Direito das FIVJ – e-mail: brenoletayf18@icloud.com

⁴ Graduando do curso de Direito das FIVJ – e-mail: icoebe@hotmail.com

⁵ Graduando do curso de Direito das FIVJ – e-mail: ruan_fernandesp@hotmail.com

⁶ Graduando do curso de Direito das FIVJ – e-mail: victorliguori81@gmail.com

INTRODUÇÃO

O referente trabalho possui como tema principal a questão da morte de policiais e autoridades responsáveis pela segurança pública que decorre de confrontos em áreas com grandes índices de criminalidade. Nestas áreas é comum a existência de um estado paralelo, no qual as regras e leis são ditadas pelos traficantes locais e, assim, submete a população as suas vontades. A metodologia utilizada foi fundamentada em pesquisas bibliográficas e a partir de artigos divulgados sobre o tema escolhido.

O artigo a seguir é distribuído em três tópicos, no qual o primeiro tópico apresenta como objetivo demonstrar a precariedade do Estado em exercer suas funções. O segundo tópico, busca esclarecer sobre os despreparos dos policiais, suas causas e consequências, os prejuízos relacionados à falta de equipamentos. O terceiro tópico, faz alusão à atuação das milícias, que contribuem para o aumento da criminalidade na atual sociedade brasileira.

1 POUCA EFETIVIDADE DO ESTADO AO EXERCER SUAS FUNÇÕES

O Brasil sendo um país que adota um sistema capitalista, e que o Estado exerce grande atuação e que deve, como princípios da Constituição fornecer uma qualidade mínima de vida para todos os seus habitantes. Porém, o Brasil, mesmo fazendo parte dos países mais desenvolvidos do mundo, não cumpre esse papel como Estado, como diz Cordeiro(2017):

Vivemos em um país em que o Estado, em todos os níveis, federal, estadual e municipal, não cumpre com seu papel, nem mesmo no grau mínimo da máxima responsabilidade que lhe é atribuída pela Constituição e pelas leis. Não é à toa que o Brasil vive em um descalabro atual, em que nada funciona ou quando funciona, nunca é a contento.

As funções do Estado sempre foram mais voltadas para a arrecadação de fundos, investem em novas tecnologias para fiscalização do trânsito e deixam de lado a população, que sofre com a falta de recursos. Nos hospitais, faltam médicos, quando é direito de todo cidadão ser atendido por um médico quando necessário. Na segurança, onde um morador de favela não consegue chegar até sua residência no alto do morro, pois tiroteios acontecem ali constantemente e o risco de ser atingido é grande, tanto por traficantes, quanto por policiais.

A guerra ao tráfico vem se mostrando inacabável. Quanto mais matam, mais violência gera e novos soldados do tráfico surgem, tornando assim um ciclo infinito. Soldados do crime, sem temor a própria vida, prontos para atirar em quem cruzar seus caminhos. Um problema acaba gerando outro e, com isso, morrem mais policiais, homens de bem tentando proteger a população. Para Martins (2017):

As raízes da violência policial no Brasil podem ser encontradas desde a ausência de uma política nacional que ouça concretamente a sociedade organizada, à falta de controle por parte dos órgãos de Estado, aos despreparo e desumanização dos efetivos policiais e, de forma mais profunda, ligada a uma herança maldita baseada em uma cultura escravocrata de dominação e mandonismo que ajudou a fundar o tipo de elite que temos.

Nas favelas brasileiras há um confronto entre moradores que apóiam o trabalho da polícia e aqueles que não apóiam, às vezes até ajudam o tráfico. Isso acontece em muitas periferias brasileiras, onde o morador não encontra apoio no Estado, e sim no traficante 'dono' do morro, que lhe fornece internet barata, não deixa assaltos ocorrerem naquela área. Muitas pessoas sentem medo da polícia, pelos fatos que ocorrem diariamente, onde policiais corruptos aceitam propina e cometem outras atividades ilícitas. Sendo assim, acabam sendo formados "estados paralelos", que seriam a criação de leis e de regras para os moradores da favela, ditadas pelo comandante do local, comumente o traficante principal. A origem e a formação desses estados paralelos já é conhecida, e a principal causa é a ausência

de um suporte estatal nas comunidades e favelas. O CV (Comando Vermelho) e o PCC (Primeiro Comando da Capital) são os principais estados paralelos atuantes no Brasil e atuam em grande parte dos estados brasileiros. (SILVA, 2016)

O problema dos estados paralelos é muito maior do que parece, por não ser apenas um traficante ou um grupo, trata-se de um sistema. Se o comandante e chefe do tráfico morre ou é preso e condenado, quase que instantaneamente o posto já é assumido por outro traficante, provavelmente o imediato do chefe. O problema se tornou um ciclo vicioso, no qual não existe uma solução imediata, a violência só gera mais violência e o conflito nas favelas se tornam cada vez maiores, resultando em muitas vítimas inocentes. O processo de mudança deveria ser lento e gradual, trabalhando mais na base do problema: a ausência estatal.

1.1 Desrespeito aos policiais

O desrespeito ao cidadão trabalhador militar traz à tona neste país uma realidade de insatisfação e discordância no interior dos quartéis. Permanentemente, policiais militares que deveriam garantir a segurança de seus cidadãos e autoridades não são respeitados e valorizados. A questão de salários baixos para soldados e policiais é histórica no Brasil, da mesma forma o que despreparo da categoria e a corrupção ali dentro.

A questão da morte e desrespeito de policiais está nitidamente em crescimento no atual cenário da sociedade brasileira. Tanto é que o vereador Fabricio Cardoso (PSB) apresentou na Câmara Municipal de Santos em uma sessão ordinária, uma Moção de Repúdio pelo modo com que o governo brasileiro vem cuidando da remuneração e dos equipamentos que os policiais têm as suas disposições para realizarem suas funções. Cardoso (apud FERNANDES, BRITO, 2017) diz que “não há como deixar de repudiar as condições de trabalho da Polícia Militar que, não valorizada, deixa toda a sociedade vulnerável”.

Na apresentação do vereador, foi destacado no documento que o descaso com os policiais fica evidenciado a partir do desrespeito que se há pelo órgão público para com quem arrisca suas vidas todos os dias nas ruas. No que tange à precariedade da questão salarial, é interessante destacar o fato de que muitos policiais são mortos enquanto fazem período extra, o que acarreta um aumento no nível de estresse devido à falta de lazer e de descanso em um convívio adequado com a família. Diante disso, é possível notar que essa falta de importância e as más condições de trabalho acabam por deixar a população mais exposta aos atos de vandalismo. (FERNANDES, BRITO, 2017)

Uma matéria relevante para as referidas autoras é sobre a PEC 300, a qual transita desde 2008 tentando equiparar a questão salarial dos servidores e se encontra paralisada na câmara federal, que permanecem sem dar voz àqueles que trabalham para manter a segurança da sociedade. Há algum tempo, as associações representativas das Polícias Militares dos Estados, vem alertando a população da total insatisfação existente na categoria em relação ao descumprimento da PEC 300 que estabelece um piso salarial nacional para a categoria com base no salário da polícia do Distrito Federal.

2 DESPREPARO E FALTA DE EQUIPAMENTO DA POLÍCIA

A polícia tem papel de suma importância para a seguridade social, entretanto seu despreparo para enfrentar as situações rotineiras da profissão faz com que a população não tenha plena confiança em seus defensores. Esse despreparo com o qual nos deparamos se dá devido a falta de equipamentos, de treinamento e de qualificação (VIOTTO, 2012).

De acordo com Viotto (2012), o diagnóstico da Estratégia Nacional de Justiça e Segurança Pública (ENASP), traçada pelo Ministério Público, Conselho Nacional de Justiça e Ministério da Justiça com o objetivo de reduzir a impunidade dos crimes

de homicídio no país, o treinamento técnico da polícia deve ser prioridade para melhorar a segurança pública. A ENASP realizou um mutirão nacional com as policiais estaduais para levantar os inquéritos de homicídios não solucionados até 2007 – 135 mil – e conseguiu denunciar suspeitos em 19% dos casos. A porcentagem parece pequena, mas é grande quando comparada à média nacional de elucidação de homicídios: de 5 a 8%. Os mais de 90% restantes ficam sem solução. São 50 mil homicídios por ano no país, o maior do mundo em termos absolutos. Segundo relatório da ONU de 2011 citado por Viotto (2012):

que colocou o Brasil no 3º lugar em violência na América Latina, e 26º do mundo. Desses, apenas 4 mil por ano têm seus autores presos, segundo estimativa de Júlio Jacobo Waiselfisz, coordenador da pesquisa Mapas da Violência.

Na formação da polícia brasileira atual, pode se notar traços do período da Ditadura Militar (1964-1985), ou seja, autoritarismo e violência extrema. Segundo Ricardo Santos (2012), devido a essa formação, fica nítido que as ações desastrosas e violentas da polícia, em seu trabalho diário, estão ligadas a formação autoritária pela qual os policiais são submetidos. Também contribui para a má qualidade da formação dos policiais a falta de equipamentos de qualidade, os baixos salários e, como dito anteriormente, o treinamento ineficaz. Além disso, não são devidamente abordados assuntos como Direitos Humanos e cultura cidadã durante o processo de formação nos quartéis, o que gera o despreparo para lidar com situações de perigo que, quando somadas ao estado de tensão momentâneo, produz situações críticas – como abordagens desnecessariamente violentas e até mesmo mortes.

2.1 A ação da polícia em manifestações

Conforme diz Sodré (apud AJDARIC, 2014), a atual situação política brasileira tem se mostrado insustentável e, devido a isso, pode-se observar o surgimento de descontentamento por parte da população, a qual vem se utilizando de manifestações para demonstrar sua decepção. A Polícia Militar de São Paulo se mostrou frustrada na tentativa de lidar com os protestos ocorridos em 2013. Seu despreparo, junto à autoridade excessiva e os abusos na utilização da força se mostraram claramente como os fatores responsáveis pela violência nestas manifestações. Estas reações policiais são evidenciadas devido à ausência de uma política de segurança pública, que diante da insatisfação popular e em um contexto sócio-político-econômico turbulento, apresenta-se a escassez do diálogo, em que se valoriza a força rígida para impedir o avanço desta insatisfação coletiva contra um modelo de governo que se mostra precário. Em razão disso, é possível notar que como consequência dos seguidos protestos ocorridos no ano de 2013, houve um aumento significativo de lesões e ferimentos, seja por menor ou maior grau de gravidade, com muitos danos físicos resultantes dos acontecimentos nas ruas brasileiras. Para Sodré (apud AJDARIC, 2014):

não podemos deixar de apontar que até momento a grande massa dos que deram entrada nos hospitais públicos e privados brasileiros após os confrontos em nossas ruas, estradas, vilas, favelas, universidades foram os atingidos por ações e artefatos disparados pelas forças policiais, alguns dos quais com lesões irreversíveis, sem que se tenha notícia de quaisquer atos governamentais (administrativos ou judiciais) que de fato tenham buscado apurar e responsabilizar os praticantes desses “excessos”, o que, por óbvio, só faz reforçar o sentido e a necessidade de uma autodefesa por parte do mais fraco, gerando, em consequência do aviltamento da cidadania violada em seu direito de manifestação e protesto, cenas como as vistas no Rio na quinta passada e muito provavelmente se voltarão a repetir em razão da falta de uma cultura efetivamente democrática, distributiva, partícipe, cidadã e de transparência no trato da coisa pública.

O grande desafio da Polícia Militar está centrado no uso da força e a falta de preparo para negociar antes e durante manifestações públicas. De acordo com Ricardo (apud CLAUDINO,2013), que é coordenadora de Gestão Pública e Novos Estudos do Instituto Sou da Paz, em 2011 mais de 426 manifestações foram realizadas no centro da cidade.

Houve em 2013, por parte da imprensa, duras críticas a PM-SP por abusos durante as manifestações –prisões descabidas e injustificadas; agressões desmotivadas. De acordo com Grillo (2016), são exemplos desses abusos a prisão de um repórter por porte de vinagre (substância conhecida como inibidora dos efeitos do gás lacrimogêneo) e a prisão de um morador de rua justificada pelo porte de pinho de sol e água sanitária (materiais que possivelmente, segundo a polícia, seriam usados para fabricação de coquetéis molotov).

2.2 Baixa de efetivos

Para Dias (2012), um aspecto importante que deve ser ressaltado são as péssimas condições fornecidas aos policiais para exercerem suas funções. No atual cenário brasileiro, é possível notar a degradação em que se encontra o sistema de segurança pública. Pode-se citar a insuficiência e a escassez das instalações policiais, como também seu número insatisfatório de efetivos e a deficiência de armamento necessário para o combate ao crime de diferentes periculosidades. Uma audiência pública foi realizada para debater sobre os problemas enfrentados pelos municípios do estado de Santa Catarina. O vereador de Porto Belo, Estevão Guerreiro - vítima de sequestro em 2011 - salientou que a responsabilidade é dos governantes e do Estado. De acordo com Guerreiro (apud DIAS,2012):

o efetivo que trabalha em condições precárias merece todo o respeito da população. É preciso fazer um trabalho preventivo, humanizar o serviço, capacitar, investir em tecnologia, em

inteligência. Quem deveria estar aqui deveria ser a Secretaria de Segurança Pública.

Nos municípios menores, os números de assaltos vêm crescendo consideravelmente, como o roubo a caixas eletrônicos e aos comércios. Exemplo notório disso são as reclamações realizadas pelos comerciantes, que alegam sofrerem perdas significativas nestes assaltos, que prejudicam anos de muito trabalho e esforço. As câmeras de segurança são vistas como uma enganação. Segundo Carlos Dirceu (apud DIAS, 2012):

Quem previne o crime são policiais nas ruas. Sofri na pele a falta de recursos policiais e segurança. Minha esposa foi roubada em casa e as câmeras que estavam nas ruas não identificaram a placa do carro dos assaltantes. Só seriam eficazes se a tecnologia fosse mais avançada.

3 A ATUAÇÃO DA MILÍCIA INFLUENCIANDO AINDA MAIS NA CRIMINALIDADE

Sendo o Brasil um país com grande desigualdade social, a existência de violência, principalmente nos subúrbios, é muito comum; assim como o grande índice de criminalidade em áreas mais afastadas. Com a ocorrência dessa grande separação entre pobres e ricos, os subúrbios ficam à mercê do tráfico, dos estados paralelos e da violência no combate entre polícia e bandidos.

Devido a ocorrência desses fenômenos ocorre a formação de milícias, que são organizações militares ou paramilitares compostas por pessoas comuns armadas que não integram as forças armadas do país, e que atuam como uma justiça paralela onde o Estado se torna ausente. Cano (apud GRANDIN, 2018) faz uma análise da atuação das milícias no Estado do Rio de Janeiro, onde tal prática é tanto quanto comum:

O fato de a milícia traficar, cometer crimes que eram característicos do tráfico não é novidade. Mas a verdade é que temos observado uma certa convergência: miliciano vendendo mais território para o tráfico, cometendo roubos de carga, permitindo mais o tráfico, e traficante começando a extorquir, fazendo coisas que eram típicas da milícia

Cano (apud GRANDIN, 2018), diz que esses grupos que inicialmente tinham o intuito de fornecer a proteção para áreas de subúrbio acabaram se tornando um tipo de facção criminosa, e passou a ser liderada por policiais, bombeiros e autoridades, normalmente comandados por políticos, fornecendo segurança apenas para aqueles que pagam por tal segurança, se os habitantes das comunidades não pagarem, não recebem a proteção. Nota-se, a partir disso, que o problema da segurança pública nos subúrbios vai muito além do que os olhos vêem. Trata-se de um ciclo de poder, em que o topo é ocupado por políticos e militares de alta patente e a base, pelos habitantes das comunidades carentes que só detém segurança se for pago (além dos impostos destinados a segurança pública).

Desse modo, a segurança pública, a saúde, a educação e todos os serviços que deveriam ser fornecidos pelo Estado acabam sendo precários pela existência desse ciclo de poder, em que tudo começa pela política. Os governantes não repassam totalmente o dinheiro destinado a segurança pública, gerando uma polícia despreparada e mal equipada, que por isso não fornece uma segurança de qualidade, que leva a formação de milícias e estados paralelos, os quais aumentam a criminalidade e a violência nas comunidades carentes.

3.1 A rigidez da milícia em sua forma de agir

De acordo com Clarice Ferro (2017), o serviço das milícias representa uma oferta de segurança através da exploração, ou seja, cobrando taxas para proteger determinadas áreas, opondo-se aos narcotraficantes; sendo uma saída para os moradores, mesmo que de maneira indevida. A partir do momento em que a região

se relaciona com a milícia, passa a ser dependente dos mesmos, sendo que quem não paga, não está protegido. No ano de 2008, a CPI (comissão parlamentar de inquérito) indicou um número grande (250) de pessoas que se envolveram com atos ilícitos e, o maior motivo foi por causa da extorsão de comunidades mais pobres e maleáveis, seguidos do curral eleitoral.

O fato de políticos garantirem a segurança das favelas impulsionaram os mesmos na eleição, já que ganharam o apoio da população que vive nas favelas aonde a milícia interfere. Esses corruptos ainda proíbem campanhas eleitorais contrárias nos locais aonde “trabalham”. Um exemplo disso foi Jerônimo Guimarães (PMDB) e Natalino Guimarães (ex-DEM), condenados por formação de quadrilha. Ainda que as CPI’s sejam fatores essenciais para o término das milícias, esses métodos de extorsão ainda continuam existindo. (FERRO, 2017)

Para Ferro (2017), fica evidente a necessidade da intervenção do Estado nesses locais com maiores necessidades, visto que mesmo que prendam os policiais corruptos, continuará em uma situação degradante a vida dos moradores dos determinados locais, aonde não há saneamento básico, água, internet e serviços públicos ou privados que toda comunidade precisa ter. Deve-se constatar que a milícia também pode ser feita pelo narcotraficante que “manda” na comunidade, atendendo as necessidades do povo.

Apesar da busca pelas milícias e seu combate, elas continuam a se expandir. Tal fenômeno se explica pelo fato de que os milicianos se beneficiam da situação das comunidades, relacionando-se à políticos que possuem influência, gerando uma ação de forma mais discreta. Na baixada do Rio de Janeiro ocorreu a prisão de 159 milicianos em uma festa, aonde houve uma troca de tiros e a polícia prendeu os armamentos utilizados, juntamente com os envolvidos. Cano (apud GRANDIN, 2018), “os processos e as prisões decorrentes conseguiram tirar de circulação alguns elementos, mas nunca conseguiram desarticular as próprias milícias, que continuavam atuando de uma forma mais discreta”, ou seja, mesmo que combatam

de forma contundente as milícias, sempre haverá mais grupos e, por isso é necessário que tenha uma grande resolução desses conflitos.

De acordo com a legislação, a milícia gera uma pena de quatro a oito anos de reclusão, sendo que a Lei nº 12.720 descreve o crime de milícia como: Constituir, organizar, integrar, manter ou custear organização paramilitar, milícia particular, grupo ou esquadrão com a finalidade de praticar qualquer dos crimes previstos neste Código. De acordo com a lei, milícia é um grupo que visa ter vantagens sobre os demais necessitados, por meios ilegais, fazendo com que os moradores das comunidades façam o que eles quiserem, em troca de direitos que, já deviam ter.

CONCLUSÃO

É possível concluir que as forças policiais sofrem cada dia mais com as regras que precisam cumprir. A impunidade, a falta de recursos, a baixa remuneração, além de gerar revolta entre os próprios servidores públicos, são também um risco eminente para a vida e integridade física dos soldados. Além da criminalidade fortemente armada, as forças policiais também encontram problemas na interação com a população, onde muitas vezes não encontram apoio, por diversos motivos.

É nítido a atuação das forças policiais tanto no crime quanto em milícias. O tráfico e as milícias tomam conta das comunidades carentes, que são fragilizadas pela falta de recursos, fazendo assim com que o cidadão fique no fogo cruzado entre traficantes e milicianos. Problema esse que não diminui e nem acaba com o combate armado a essas forças, mas gera ainda mais violência e medo ao cidadão oprimido.

Diante disso, verifica-se que a violência contra policiais está proporcionalmente ligada ao estado e à sociedade. A ausência de um Estado eficaz e atuante gera como consequência um crescimento acentuado do nível de

criminalidade e, para os problemas abordados no artigo, fica notório que a eficiência total do Estado se mostra um processo dificultoso, sendo assim, necessário a mudança no pensamento de cada cidadão, com atitudes valoradas na ética e no respeito.

REFERÊNCIAS

CLAUDINO, V. Uso da força revela despreparo da Polícia Militar em conflitos. Disponível: <<<https://www.redebrasilatual.com.br/cidadania/2013/06/uso-da-forca-da-pm-e-tema-de-debate-na-fundacao-getulio-vargas-476.html>>>. Acesso em 17 out. 2018

CORDEIRO, G. A falta que o estado faz. Disponível: <<<http://www.oestadoce.com.br/opiniao/falta-que-o-estado-faz>>>. Acesso em: 17 out. 2018

FERRO, C. Milícias no Brasil: como funcionam? Disponível: <<<https://www.politize.com.br/milicias-no-brasil-como-funcionam/>>> Acesso em: 17 out. 2018

FERNANDES, L.; BRITO, T. Morte e desrespeito a policiais mobilizam legislativo santista. Disponível: <<<http://www.camarasantos.sp.gov.br/publico/noticia.php?codigo=7457>>> Acesso em: 17 out. 2018

AJDARIC, M. Um artigo exemplar sobre o despreparo da polícia com manifestações. Disponível: <<<http://www.metalurgicosbahia.org.br/noticias/664,um-artigo-exemplar-sobre-o-despreparo-da-polcia-com-manifestaes.html>>>. Acesso em: 17 out. 2018

GRANDIN, F. et al. Franquia do crime: domínio de áreas amplas pela milícia é novidade para especialistas. Disponível: <<<https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/franquia-do-crime-dominio-de-areas-amplas-pela-milicia-e-novidade-para-especialistas.ghtml>>>. Acesso em: 17 out. 2018

GRILLO, B. Despreparo da PM-SP gerou violência em protestos de 2013. Disponível: <<<https://www.conjur.com.br/2016-out-20/despreparo-pm-sp-gerou-violencia-protestos-2013-juiz>>>. Acesso em: 17 out. 2018

DIAS, M. Falta de efetivo policial, de viaturas e de equipamentos são os maiores problemas de segurança pública em Itapema. Disponível: <<<https://al-sc.jusbrasil.com.br/noticias/3152584/falta-de-efetivo-policial-de-viaturas-e-de-equipamentos-sao-os-maiores-problemas-de-seguranca-publica-em-itapema>>>. Acesso em: 17 out. 2018.

MARTINS, J. G. A. Violência policial no Brasil: reflexões teóricas sobre a força policial como instrumento de repressão burguesa. Disponível: <<[http://www.unieuro.edu.br/sitenovo/revistas/revista_hegemonia_22/Jos%C3%A9%20Gilbert%20Arruda%20Martins%20\(6\).pdf](http://www.unieuro.edu.br/sitenovo/revistas/revista_hegemonia_22/Jos%C3%A9%20Gilbert%20Arruda%20Martins%20(6).pdf)>>. Acesso em: 17 out. 2018.

SANTOS, R. É preciso melhorar a formação da polícia 2012. Disponível:<<https://meuartigo.brasilecola.uol.com.br/politica/e-preciso-melhorar-formacao-policia.htm>>. Acesso em: 17 out. 2018.

SILVA, B. O país governado pelo estado paralelo. Disponível:<<<https://www.dm.com.br/cotidiano/2016/10//o-pais-governado-oelo-estado-paralelo.html>>>. Acesso em: 17 out.2018

VAZ, F. A falta de políticas eficazes de segurança pública. Disponível: <<<https://francianavaz.jusbrasil.com.br/artigos/514170941/a-falta-de-politicas-eficazes-de-seguranca-publica>>>. Acesso em: 17 out. 2018

VIOTTO, D. No Brasil, só 8% de homicídios são solucionados e 63% da população não confia na polícia. Disponível: <<<https://www.marcelodamico.com/2012/06/no-brasil-so-8-de-homicidios-sao.html>>>. Acesso em: 17 out 2018